

INTRODUÇÃO AO MÉTODO DE PIERRE BOURDIEU

INTRODUCTION TO THE METHOD OF PIERRE BOURDIEU

Natalia SCARTEZINI

Bolsista CAPES. Mestranda em Sociologia. Unesp – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia – Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – nscarod@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho se propõe a realizar uma reflexão a respeito da metodologia de pesquisa utilizada e divulgada por Pierre Bourdieu em sua carreira. A partir de uma compilação bibliográfica serão abordados alguns conceitos fundamentais para aqueles que buscam dominar a maneira pela qual Bourdieu fazia sua sociologia e transitava entre diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a estatística e a lingüística. Serão utilizados alguns textos que trabalham mais especificamente a questão do método e da epistemologia, como *A Profissão de Sociólogo* (1999), *Introdução a uma Sociologia Reflexiva* (2002), *Os usos sociais da ciência* (2004), e outros textos que expandem estas noções através da definição de alguns conceitos essenciais, como *capital, campo, habitus, O campo científico* (1983), *A gênese dos conceitos de habitus e de campo* (2002).

PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu. Método científico. Sociologia reflexiva. Campo. *Habitus*.

ABSTRACT: *The aim of the following work is to perform a reflection about the research methodology applied and spread by Pierre Bourdieu during his career. Starting from a bibliographical compilation, we shall approach some fundamental concepts to those who seek to master the way Bourdieu performed his Sociology and moved across several knowledge areas such as Anthropology, Statistics and Linguistics. We shall use some texts that deal more specifically with the method and epistemology question, such as A Profissão de Sociólogo (1999), Introdução a uma Sociologia Reflexiva (2002), Os usos sociais da ciência (2004), and other works that expand these notions through the definition of some essential concepts, such as capital, field and habitus: O campo científico (1983), A gênese dos conceitos de habitus e de campo (2002).*

KEYWORDS: *Pierre Bourdieu. Scientific method. Reflexive sociology. Field. Habitus.*

1 Introdução

Se os que têm a ver com a ordem estabelecida, seja lá o que for, não gostam nenhum pouco da sociologia, é porque ela introduz uma liberdade em relação à adesão primária que faz com que a própria conformidade assuma um ar de heresia ou de ironia.

Pierre Bourdieu (1994, p.60)

Popularizando e, de certa maneira, reformulando a sociologia, Bourdieu buscou uma forma de pensamento que não pudesse ser encaixada em uma tipologia hermética. O contato com outras ciências logrou ao nosso autor a capacidade de compreender as mais ínfimas e negligenciadas manifestações sociais. E partindo deste “microcosmo”, com uma análise que ele chamou de *relacional*, pretendeu compreender os fundamentos mais profundos da sociedade de seu tempo, criando conceitos gerais, continuamente aplicados em nossas universidades nos dias de hoje.

Para Bourdieu, o cientista possui um grande papel na sociedade. Cabe a ele destruir as pré-noções e o senso comum, buscando elaborar novas maneiras de compreender suas instituições, suas relações, seu modo de vida, sua sociedade e a si próprio. Sua adesão ao *pós-estruturalismo*, muitas vezes definida por comentaristas de sua obra, acaba por dirigir-se no sentido oposto àquele proposto pelo autor, já que o mesmo buscava um conhecimento sem doutrinas e sem amarras intelectuais, aberto às diferentes influências e que não possuísse uma fórmula elaborada *a priori*, tal qual um engenheiro elabora sua planta de construção. Há em sua teoria a possibilidade efetiva de mutação das estruturas de poder a partir de pressões coletivas. Assim, a compreensão das estruturas de poder e de como elas agem no indivíduo possibilitariam a modificação dos limites do *campo social*.

Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um ‘serviço público’ cuja missão é ‘desnaturalizar’ e ‘desfatalizar’ o mundo social e ‘requerer condutas’ por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem. E dar-lhes, portanto, instrumentos para comandarem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita suas ações, como ele incansavelmente tentou fazer consigo próprio. (WACQUANT, 2002. p.100).

Bourdieu bradava, portanto, por uma ciência social *reflexiva*, capaz de controlar seus próprios vieses, bem como de se manter independente dos “ritos de instituições”. As maiores missões da sociologia são as de *criar novos objetos de conhecimento*, detectar dimensões e dissecar os mecanismos do mundo social – que de outra maneira não estaríamos aptos a compreender –, e entregar à sociedade os conhecimentos produzidos de maneira que estes possam ser utilizados para a melhoria efetiva da vida cotidiana. O sociólogo possui, portanto, um compromisso com a sociedade. Suas reflexões devem ser de ordem pública e estar a serviço da humanidade. “Em sociologia como alhures, ‘uma pesquisa séria leva a reunir o que o vulgo separa ou a distinguir o que o vulgo confunde [...]’” (BOURDIEU, 1999. p.25).

Para iniciar nossas reflexões podemos nos colocar a indagação com a qual Bourdieu abre seu texto *Os usos sociais da ciência*: “[...] É possível fazer uma ciência da ciência, uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência?” (BOURDIEU, 2004, p.18). Assim, a construção “da sociologia da sociologia” viria para direcionar e compreender os usos que a sociedade pode fazer e faz desta ciência.

2 A Sociologia Reflexiva

A primeira idéia que deve ser arrolada sobre a metodologia de Bourdieu é a de apreender a pesquisa como uma *atividade racional* e não como uma espécie de busca mística. Esta postura orientar-se-ia para a maximização dos recursos aplicados na pesquisa, principalmente o tempo de que se dispõe. A postura do investigador deve ser como daquele que se dedica humildemente a um ofício, opondo-se a um *show*, a uma exposição na qual procura unicamente ser visto.

Dentro desta *atividade racional*, o fundamento mais importante, e por isso o mais difícil, a ser empregado diz respeito à quebra de doutrinas. Bourdieu mostra-se bastante insistente sobre este ponto. Para ele seria a base para uma ciência verdadeiramente científica, a base de uma sociologia bem feita. As opiniões políticas e partidárias, a história pessoal, as indicações realizadas dentro da própria academia, enfim, o senso comum popular e erudito, seriam maneiras de enviesar a pesquisa científica por um único caminho e por possibilidades teóricas e metodológicas restritas e pré-determinadas. Partindo de Bachelard, Bourdieu afirma que a ciência deve recusar as certezas do saber definitivo, pois esta somente poderá progredir se colocar perpetuamente em questão os

princípios de suas próprias construções. Assim, para se fazer ciência seria preciso “[...] evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico.” (BOURDIEU, 2002b, p.42).

A escolha do objeto de pesquisa deve ser feita, neste sentido, a partir da capacidade de se colocar em jogo estas verdades cientificamente aceitas, que dizem respeito muito mais às lutas pelo poder do campo científico do que a verdades e/ou inovações científicas. A importância social ou política deste objeto, por si só, não é suficiente para fundamentar a importância do discurso que lhe é consagrado. Mais importante é a sua construção ou reconstrução metodológica. A mais menosprezada parte de um objeto social pode, se bem argumentada, desencadear uma reflexão de grosso calibre. Neste sentido, Bourdieu aponta como o fundamental da análise sociológica a construção e o esmiuçar do objeto. Assim, “[...] o sociólogo poderia tomar sua a fórmula de Flaubert: ‘pintar bem o medíocre.’” (BOURDIEU, 2002b, p.20). Este rigor com o objeto estudado também marca a sua maneira de pensar a ciência.

O cientista deve ter uma postura ativa e sistemática, construindo o objeto como um sistema coerente de *relações*, que deve ser posto à prova como tal. “Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em ‘caso particular do possível’, como diria Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida.” (BOURDIEU, 2002b, p.32). Percebendo as particularidades do objeto poderíamos encontrar as suas características invariantes e assim compreender aquilo que ele possui como generalidade, e construir, a partir daí, as leis gerais tão caras aos homens de ciência.

Construir um objeto e fazer sociologia seria, portanto, romper com o senso comum. Segundo o autor, é a prática da dúvida radical, cujo objetivo maior é pôr em questão as pré-noções interiorizadas pelo próprio sociólogo, como um ser social que é. Buscar ao máximo limpar-se das pré-construções para daí visualizar e compreender o objeto de pesquisa deve ser a primeira tarefa do sociólogo. Ou seja, antes de buscamos desvendar o objeto analisado deveríamos desvendar-nos e compreendermo-nos como cientistas, e em seguida desvendar e compreender o próprio meio científico no qual estamos inseridos. Pois, “[...] uma prática científica que se esquece de se por a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz.” (BOURDIEU, 2002b, p.35).

Em outras palavras, o objeto analisado não é independente do ato de conhecimento e da ciência que o realiza. E ainda: o objeto científico possui influência direta na sociedade, e por isso merece rigor ao ser elaborado. Para Bourdieu o senso comum de hoje é a inovação científica de ontem que caiu no domínio público e que será reformulada pela ciência para novamente cair em domínio público. Desta maneira Bourdieu liga o universo científico (campo científico) à sociedade na qual ele está inserido; numa dupla determinação, onde o conhecimento científico nunca é politicamente isento. “À medida que a ciência progride, e progride sua divulgação, os sociólogos devem esperar encontrar cada vez mais freqüentemente, realizada em seu objeto, a ciência social do passado.” (BOURDIEU, 1994. p.16).

Bourdieu se utiliza da expressão *double bind* para designar a tensão vivida pelo sociólogo. Se sem os conhecimentos e as técnicas passados dentro de seu campo, ele seria nada mais que um autodidata, em contrapartida são estes mesmos instrumentos que o aprisionam neste senso comum erudito e que o fazem participante deste campo de poder. Já que a questão fundamental para o sociólogo deve ser sempre a dúvida é necessário, para isto, possuir tanto um domínio satisfatório das técnicas de pesquisa e das teorias correntes quanto alguma familiaridade com o objeto estudado, para que a partir deste ponto de vista privilegiado seja possível vislumbrar algo ainda oculto e ir além do que já foi dito.

Um dos instrumentos mais poderosos de ruptura com o senso comum é o estudo da história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento; como estes objetos e estas formas de pensar o mundo foram se constituindo ao longo do tempo e servindo aos interesses de quem. A história entendida dessa forma estaria interessada em compreender *porque se compreende e como se compreende*. Concluir-se-á, cedo ou tarde, que os problemas foram socialmente construídos, por meio de uma construção coletiva da realidade social.

Assim, a sociologia reflexiva de Bourdieu significa a constante vigilância em relação ao cientista como ser produtor de conhecimento, em relação ao próprio campo científico e ao objeto de estudo, que deve ser trabalhado em todas as suas nuances até a exaustão. Para este trabalho minucioso o sociólogo não deve recusar nenhuma construção teórica ou metodológica que possa lhe servir para compreender seu objeto. Assim, não é cabível haver dissociação entre método e prática, pois é errôneo falarmos em algum método separado do objeto de

pesquisa, algum método que se encaixe *a priori* neste objeto e que não necessite ser complementado por outras correntes metodológicas.

É preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis. [...] Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “*Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos*” (BOURDIEU, 2002b, p.26, grifo nosso).

Porém, esta liberdade em relação à metodologia não caracteriza uma situação de “vale-tudo”. É preciso construir rigorosamente o objeto, incorporando nesta construção a mais variada sorte de influências que forem *possíveis e cabíveis*. Assim, a situação de vigilância sobre a liberdade teórica e metodológica proposta pelo autor é fundamental. Esta vigilância significa identificar no cientista e no campo científico características próprias que podem influenciar no resultado da pesquisa. Significa também estar sempre disposto a novas descobertas que rompam com o já conhecido, sendo que esta situação de ruptura exige a disponibilidade de se enriquecer com os erros cometidos, entendendo que ao evitá-los de maneira sistemática afastamos a possibilidade de novas contribuições.

Opondo-se ao rigorismo tecnológico que se apóia na fé em um rigor definido e aplicável a toda e qualquer situação, ou seja, às representações fixas da verdade ou do erro como transgressão das normas incondicionais e inquestionáveis, aparece em nosso autor a busca por *rigores específicos* que se apóia em uma teoria da verdade como uma teoria do *erro retificado*. Ou seja, a acumulação teórica pressupõe *per si* rupturas, sendo que o progresso teórico pressupõe a integração de novos dados mediante um questionamento crítico dos fundamentos da teoria que estes novos dados colocam à prova.

À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que,

subordinado a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular. É somente por uma reinterpretação mágica das exigências da medida que podemos superestimar a importância de operações que, no final de contas, não passam de habilidades profissionais e, simultaneamente – transformando a prudência metodológica em reverência sagrada, com receio de não preencher cabalmente as condições rituais –, utilizar com receio, ou nunca utilizar, instrumentos que apenas deveriam ser julgados pelo seu uso. Os que levam a preocupação metodológica até a obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por Freud, que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p.14).

Outro ponto importante é o que o autor chamou de *princípio da não-consciência*. Significa a apreensão do fenômeno cultural de maneira dependente do sistema das relações históricas e sociais no qual ele está inserido. Em detrimento da forma de pensar advinda com a psicologia social que confere às representações subjetivas dos indivíduos grande importância para se estudar a sociedade, Bourdieu propõe a análise das relações objetivas nas quais os indivíduos estão envolvidos. Assim, o princípio da não-consciência impõe que seja construído este sistema de *relações objetivas* nas quais os indivíduos estão inseridos, cujas maiores manifestações podem ser encontradas na morfologia e na economia. “Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p.29).

O trabalho do sociólogo é, portanto, minucioso e exige fôlego.

É um trabalho que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos e por uma série de correções e de opções minúsculas e decisivas efetuadas ao longo do processo. E o sociólogo nunca pode perder de vista a parcialidade de suas análises: a apreensão total da realidade social é uma epifania, um desejo que se não é mal intencionado é ingênuo.

3 Campo, capital e *habitus*

Com as noções de *campo* e *habitus* Pierre Bourdieu dá à sua metodologia de pesquisa um aparato conceitual que a torna ainda mais densa. O autor aponta que a noção de *campo* é uma construção que vai comandar ou orientar todas as opções práticas da pesquisa. Através desta noção é possível criar um arcabouço teórico onde o ponto fundamental do método se encontra: verificar que o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações das quais ele retira o essencial das suas propriedades.

Por meio da noção de campo,

[...] torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente*. Com efeito, poder-se-ia, dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional*. (BOURDIEU, 2002b, p.27-28).

Para conferirmos maior verdade ao projeto científico é necessário analisar o objeto relacionando-o sempre com aquilo o que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua existência, pois ele nada é fora de sua interação com o todo. Por isso, para este autor é muito mais interessante estudar extensivamente o conjunto de elementos pertinentes e relacionados ao objeto do que estudar intensamente uma pequena parte deste objeto. Neste sentido coloca-se a importância de determinar a extensão do campo do objeto de pesquisa. O limite de um campo diz respeito aos efeitos que dele advêm.

Com esta conceituação o autor busca afastar-se das epistemologias que encaram as ciências como desvinculadas de sua esfera social e temporal. O autor se contrapõe à idéia freqüente no pós-modernismo de que para se compreender a literatura, a filosofia ou a ciência bastaria ler os textos. Nesta corrente os textos são auto-suficientes e nada mais há para ser conhecido. Numa outra corrente, onde se encontram muitos autores marxistas, é fundamental relacionar o texto com o contexto, relacionando as obras com o mundo social ou com o mundo econômico. Há aqui neste segundo caso, para Bourdieu, o que ele chama de “erro do curto-circuito”, erro que consiste em relacionar as obras científicas ou artísticas apenas com as manifestações políticas e/ou partidárias que ocorreram no período.

O objeto merece uma análise mais profunda e complexa que foge da auto-suficiência e vai além da sua relação com os acontecimentos sociais. Entre o objeto e os acontecimentos sociais haveria um universo intermediário, o *campo*, onde estariam inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem as artes e as ciências. Para ele é a estrutura constitutiva do espaço do campo que comanda a forma das relações visíveis de interação e o próprio conteúdo destas.

Os campos sociais seriam possuidores de leis relativamente autônomas. As leis que regem a sociedade como um todo seriam “filtradas” pelo campo específico, que formularia suas próprias normas de conduta.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. [...] Em outras palavras é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. (BOURDIEU, 2004, p.21).

Para Bourdieu o campo científico é um lugar de luta concorrencial, sendo que o que se encontra em jogo é o monopólio da autoridade científica e o acúmulo de capital científico. As práticas científicas nunca podem ser entendidas como práticas desinteressadas, elas produzem e supõem uma forma determinada de interesse. “A idéia de uma ciência neutra é uma ficção.” (BOURDIEU, 1983, p.148).

Dentro do campo científico – sendo este um campo de forças e de lutas – é a posição que seus agentes (indivíduos ou instituições) possuem que determina o que eles podem ou não podem fazer, o que vai ser publicado, o que interessa para a pesquisa científica e os temas a serem abordados. Segundo Bourdieu é a *estrutura das relações objetivas* entres os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer.¹ Isto significa dizer que somente compreendemos

¹ Há aqui mais uma vez a idéia de uma análise relacional, onde não é possível compreender o objeto de pesquisa, seja de que natureza for, sem realizarmos uma análise profunda de suas relações, do campo onde está inserido.

o discurso e as proposições de um agente quando conseguimos vislumbrar a posição que ele ocupa nesse campo, se compreendermos “de onde ele fala”. E esta estrutura é determinada pela distribuição do capital científico. Ou seja, os agentes caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo.

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004, p.25).

Ou seja, os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo o próprio campo científico a partir de sua posição neste campo, posição esta que determina suas possibilidades e suas impossibilidades. Assim, as possibilidades que um agente específico tem de submeter as forças do campo às suas vontades é proporcional à quantidade de capital científico que ele detém, ou à sua posição na estrutura de distribuição do capital. O que define a estrutura de um campo num determinado momento é, portanto, a estrutura da distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo, ou seja, pelas relações de força entre os protagonistas em luta.

O capital abordado por Bourdieu é o *capital simbólico*, aquele que se constitui através de uma *relação social de conhecimento e reconhecimento entre os pares-concorrentes*. Neste sentido o capital científico é um tipo de capital simbólico, ou seja, é uma relação de produção e de reprodução de conhecimento e de reconhecimento especificamente dentro do campo científico.

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, o que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo. (BOURDIEU, 2004, p.27).

Há duas espécies de capital científico: de um lado o que diz respeito ao poder político, poder institucional ou institucionalizado, que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas. Estes agentes possuem um forte peso político e um frágil crédito científico. São, de maneira geral, os administradores científicos. De outro lado há aquele que está relacionado ao “prestígio”, que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento pouco ou mal institucionalizado do conjunto de pares ou dos mais consagrados entre eles. Este segundo tipo é o mais passível de sofrer contestação. Há duas formas de acumulação do capital científico: através de publicações, invenções ou descobertas (capital científico puro) e através de estratégias políticas (capital científico institucionalizado), como participação em bancas de concursos, dissertações, cerimônias, reuniões.

Mas os agentes de um campo específico não são conduzidos de maneira inerte pelas suas estruturas. Eles possuem características próprias que concedem disposições para modificarem ou resistirem às forças do campo. É o que Bourdieu chama de *habitus*, isto é, são disposições adquiridas e duráveis que podem levar os agentes a resistirem e a se oporem às forças do campo.

Segundo Bourdieu a noção de *habitus*

[...] exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do indivíduo) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. [...] tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte da estrutura. (BOURDIEU, 2002a, p.60-61).

O *habitus* é um conjunto de conhecimentos adquiridos, são disposições incorporadas ao longo do tempo. Através deste conceito Bourdieu desejava evidenciar as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente, que não seriam contempladas pela noção comum de “hábito”. Este poder criador não é o de um espírito universal ou de uma natureza, mas sim o de um agente em movimento, em ação. A idéia é a de “[...] sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto.”

(BOURDIEU, 2002a, p.62). Assim, o *habitus* diz respeito à construção de objetividades e de subjetividades.

A noção de campo, por sua vez, busca englobar – para além da esfera da sociedade – o campo de produção (de mercadorias ou de cultura) como espaço social de relações, como um universo relativamente autônomo de relações práticas, ou seja, seria uma *estrutura de relações objetivas*.

Na teoria dos campos Bourdieu busca encontrar aspectos gerais presentes nos mais variados campos que permitem ligá-los e contextualizá-los e procura ainda conhecer a origem dos atos e das vontades individuais, que para além do espontaneísmo individualista possuem determinações próprias do campo em que são geradas. Há, portanto, uma relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (campo) e as estruturas subjetivas (*habitus*).

Para finalizar este trabalho é interessante voltarmos ao papel do intelectual entendido como, de alguma maneira, responsável politicamente pela sociedade. Para Bourdieu o estudo da ciência, uma ciência da sociologia, possui a responsabilidade de conduzir os próprios usos científicos. Possui a responsabilidade de manter a comunidade acadêmica vinculada organicamente à sociedade e aos problemas que dela fazem parte. Assim, voltamos à questão anunciada em nossa primeira seção: “É possível fazer uma ciência da ciência, uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência?”.

Esta é uma discussão que Bourdieu trabalha no conceito de *Realpolitik* que seria um agir politicamente sobre as estruturas de forma a atingir os obstáculos sociais específicos da comunicação racional e da discussão esclarecida. De maneira concisa, a idéia de *Realpolitik* é que os eruditos acumulem competências e se reúnam para agir politicamente. A partir de seus conhecimentos específicos eles deveriam intervir sobre os assuntos públicos correlatos, de maneira espontânea, sem esperar serem chamados. É um fazer político sem transformar-se em homem político. É um utilizar-se positivamente da ciência.

O caráter dramático da presença de Bourdieu nas universidades brasileiras é que aqueles que o ensinam, nem sempre o tomam como referência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a. p.59-73.

_____. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. p.17-58.

_____. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n.39)

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C; PASSERON, J. C. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.19, p.95-110, nov. 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOURDIEU, P. A socioanálise do sociólogo. In: _____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000. p.71-81.

